



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

LIDO NA SESSÃO DO DIA

11 OUT 2022

Secretaria

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

2878/22

AUTOR: JESUÍNO BOABAID - PSD

Requer ao Governador do Estado de Rondônia, informação referente ao Projeto de Lei nº 1694/2022, que “Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação para atender despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e outras Despesas Correntes e de Capital”.


O Deputado que o presente subscreve, com base no inciso II, do artigo 178 e artigo 179, ambos do Regimento Interno, requer a Mesa Diretora, que seja encaminhado pedido de informação oficial ao Governador do Estado de Rondônia, referente ao Projeto de Lei nº 1694/2022, que “Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação para atender despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e outras Despesas Correntes e de Capital”.

Plenário das Deliberações, 11 de outubro de 2022.

JESUÍNO BOABAID
Deputado Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
	AUTOR: JESUÍNO BOABAID - PSD		
Cópia para Mesa			
<p align="center">JUSTIFICATIVA</p> <p>O Requerimento tem por objetivo solicitar do Poder Executivo informação sobre o Projeto de Lei nº 1.681/2022, fundamentando-se no art. 29, XVIII e XXXVI, transcreve:</p> <p>Art. 29. Compete privativamente à Assembleia Legislativa:</p> <p>XVIII – fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta.</p> <p>XXXVI – fiscalizar os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público</p> <p>Além disso, também é competência desta Casa de Leis, a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, no que tange à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, nos termos do art. 46 da Constituição Estadual:</p> <p> Art. 46. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.</p> <p>Posto isto, é que <u>solicita</u> o processo administrativo na íntegra, o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Estado, bem como exposição de motivo, referente ao Projeto de Lei nº 1694/2022, que “Autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

<p>PROTOCOLO</p>		<p>REQUERIMENTO</p>	<p>Nº</p>
<p>AUTOR: JESUÍNO BOABAID - PSD</p>		<p>Cópia para Mesa</p>	
<p>para atender despesas correntes com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, Amortização da Dívida e outras Despesas Correntes e de Capital”.</p>			
<p>Por essas razões, é que solicito aos Nobres Pares a aprovação da matéria ora apresentada.</p>			
<div data-bbox="682 1192 1018 1276" data-label="Text"> <p>JESUÍNO BOABAID Deputado Estadual - PSD</p> </div> 